



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

EDUCAÇÃO SUPERIOR E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS PARA A GARANTIA DO PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE DA ÉTICA NA FORMAÇÃO.

PAULA BONFIM GUIMARÃES CABRAL¹

MARIA HELENA ALVES ARAÚJO²

IZABELA CRUZ DA COSTA³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os tensionamentos que atravessam a educação superior brasileira e seus impactos na formação em Serviço Social. Analisamos os resultados de uma pesquisa sobre os entraves que se apresentam na formação em Serviço Social de uma universidade pública do Rio de Janeiro e seus desdobramentos no “ensino da ética”.

Palavras-chave: ensino superior, Serviço Social, conflitos éticos e transversalidade da ética.

ABSTRACT

The following article aims to reflect about the the tensions that cross Brazilian superior education and its impacts on the course of social services. Analyzing the results of a research on the obstructions of the course of social services of a public university in Rio de Janeiro and its unfoldings in the teachings of ethics.

Keywords: superior education, social services, ethical conflicts, transversality of ethics.

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os conflitos que atravessam a educação superior brasileira na atualidade e seus impactos na formação em Serviço Social, em especial no que se refere ao “ensino da ética”. O espaço educacional, seja ele de nível fundamental, médio ou

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

superior, reflete, em sua dinâmica, os atravessamentos gerados por um momento da dinâmica capitalista atual: crise de superprodução – e com isso aumento da concorrência entre capitalistas e entre os próprios trabalhadores –, destruição dos recursos da natureza, acirramento das desigualdades sociais, compressão do espaço/tempo no processo de produção de mercadorias, velocidade na produção e consumo de tecnologias e informações, crescente individualismo, esfacelamento das lutas sociais, falta de perspectiva de futuro para as novas gerações e aumento do adoecimento físico e mental.

Essa realidade tem impactado decididamente o espaço da escola e da universidade, gerando conflitos que se apresentam, por exemplo, na desmotivação e dificuldade de aprendizado, reprodução de variadas formas de violência, seja entre estudantes ou na relação entre estudantes e comunidade escolar, precarização de ensino e aprendizagem e ênfase numa educação tecnicista e a-crítica.

A partir desses elementos, analisamos nesse artigo os conflitos que se apresentam num curso de Serviço Social de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada entre no período de 2022 a 2024, composta por docente e discente. Foram utilizadas também na análise o resultado de um censo estudantil realizado nessa instituição no ano de 2023.

2. Formação universitária no Brasil: das origens aos tempos atuais

Refletir sobre os desafios atuais do ensino superior no Brasil requer entender suas bases e função social nas origens e, portanto, suas particularidades e contradições específicas.

Segundo Silva e Leher (2024) o desenvolvimento das universidades brasileiras, com investimento em pesquisa, se deu de forma tardia no Brasil. Ao contrário dos países onde se consolidou uma revolução burguesa clássica onde a pesquisa científica foi fundamental para as revoluções industriais, no Brasil, país de economia dependente, as universidades só passaram a ter essa função no período da ditadura empresarial- militar.

“Embora seja a partir da chamada revolução (burguesa) de 1930 que as universidades foram sendo instituídas, a rigor, a pesquisa tecnológica não caminhou associada de modo orgânico com o desenvolvimento das forças produtivas, compreendidas aqui não como um conjunto de técnicas, mas como o adensamento de relações sociais — e que, por conseguinte, são indissociáveis das relações de produção (Arrizabalo Montoro, 2024) —

materializadas na industrialização, na agricultura, urbanização, energia, transporte etc” (Idem, p. 16).

A universidade no Brasil, nos seus primórdios, teve a função social precípua de desenvolver uma cultura de elite, orientada por uma ideologia colonizadora e imperialista, cultura essa essencial para formar quadros políticos na sociedade.

É somente durante a ditadura militar, com seu projeto modernizador, que se pode observar o crescimento de investimentos para pesquisa científica, cabendo às essas a função de dar condições estruturais para o desenvolvimento das forças produtivas. A ideologia da modernização, portanto, cria as condições para a exploração dos recursos naturais e para o aprofundamento da exploração dos trabalhadores. Isso não se dá, no entanto, sem tensionamentos e disputas.

Nesse sentido, ainda que a universidade brasileira tenha em suas bases um projeto estruturado para as elites e seus projetos de dominação, esse espaço também foi atravessado por perspectivas teóricas que potencializavam reflexões e disputas em torno de um projeto de humanidade que se contrapunha às variadas formas de dominação.

“A rigor, desde a sua origem, coexistem projetos antagônicos nos espaços universitários e isso não poderia ser diferente no Brasil. De um lado aqueles que a vêem como um espaço de uma formação composta por experiências e descobertas voltadas às necessidades dos povos, buscando um desenvolvimento que possa contribuir com a melhoria da vida humana e aqueles que a concebem como locus de produção científica a serviço do capital e que buscam constantemente apagar a chama da crítica que o fazer científico exige e, não menos importante, afastar a universidade dos anseios expressos pelas lutas dos povos com rebatimentos epistemológicos, éticos e epistêmicos” (SILVA; LEHER, 2024, p. 17).

O ensino superior brasileiro reflete, portanto, a dinâmica das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais no país durante as últimas décadas. A educação superior no Brasil foi criada com um caráter elitista, ou seja, para garantir uma formação acadêmica direcionada somente para os filhos das oligarquias. Até o ano de 1945 o país possuía apenas cinco universidades públicas, mostrando, assim, o quão eram reduzidos os números de vagas nos cursos superiores (DINIZ, 2019).

Somente com a Constituição Federal de 1988 é que a educação passou a ser garantida como um direito universal. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, artigo 205). Vale ressaltar que, mesmo sendo elevada ao lugar de direito, o ingresso nas

universidades públicas não foi garantido – tanto acesso, como permanência – à todas as pessoas, sendo o vestibular e exames nacionais critérios seletivos para o acesso à universidade pública. Observa-se, portanto, a lógica da meritocracia como princípio no acesso a esse direito.

Zoccole (2009, *apud*, DINIZ, 2019), referindo-se à configuração da educação a partir da promulgação da CF/88, que tem a proposta de educação para todos, afirma que os investimentos não foram suficientes para alcançar tal objetivo. Diniz (2019) argumenta que educação de qualidade e qualidade educacional seriam aquelas que oferecem oportunidades e pleno desenvolvimento humano da população de um país.

No entanto, observa-se que esse projeto de uma educação pública, universal, gratuita e de excelência – em todos os níveis - não se consolidou no Brasil. Isso se deu, em grande medida, em função da permanência da lógica utilitarista e funcional que a educação tem na sociedade de classes. A educação privada se manteve como espaço de manutenção das desigualdades e reprodução da ideologia dominante e a educação pública tem sido direcionada aos filhos e filhas da classe trabalhadora, como requisito de qualificação de mão de obra para o processo produtivo e ocupações de menor status social.

A partir da década de 1990 a educação superior passou a sofrer influências das políticas neoliberais e diretrizes internacionais, tendo o governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) como responsável pela consolidação dessa política no país. Paula (2009) afirma que esse processo se deu através de uma globalização excludente, tendo como centralidade o crescente “comércio de serviços educacionais” (PAULA, 2009, p. 79). A educação superior passou a servir como um nicho de mercado para o capital monopolista, renunciando ao seu caráter público e da tríade básica da universidade (ensino-pesquisa-extensão).

Como retrata Godim e Johann (2021), para o neoliberalismo a lógica da privatização é sua principal meta e essa lógica passa a orientar também o sistema educacional de nível superior. Dessa forma, a lógica privatista passa a estar presente no ensino, nas pesquisas e na extensão. Aas principais características da privatização na educação e sua tríade são: “[...] dos cursos de pós-graduação “autofinanciáveis”, na verdade pagos pelos estudantes; das pesquisas encomendadas por empresas e dos serviços prestados e cobrados à sociedade de mercado, desfigurando o conceito de extensão como forma de socialização de conhecimentos e práticas da universidade para a sociedade” (PAULA, 2009, p. 79).

Chauí (2003, *apud* GODIM, JOHANN, p. 87)) analisando o impacto das políticas educacionais sob influência do neoliberalismo, aponta alguns elementos fundamentais na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

concepção sobre educação no Brasil: 1) a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; 2) educação deixou de ser considerada uma política pública e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado; e 3) a reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social.

O avanço da lógica neoliberal levou, nas últimas décadas, a um crescimento significativo de faculdades privadas, do ensino via Educação à Distância (EaD) e ao sucateamento das universidades públicas, acentuado ao mesmo tempo, o processo de mercantilização da educação superior e o desfinanciamento das universidades públicas. Atrelado a esse processo investiu-se também na ideologia de democratização do ensino superior no Brasil.

Para Hernandez, Krajevsky e Stoffel (2023) essa expansão refletiu diretamente na tríade, ensino-pesquisa-extensão, precarizando as instituições de ensino superior e a estrutura e lógica dos currículos acadêmicos. A crescente criação de institutos de educação superior privados, em conjunto com a mercantilização da educação pública, estreitou as relações entre público e privado, levando, ao mesmo tempo, à comercialização da educação, muitas vezes de péssima qualidade; e o redirecionamento dos investimentos dos recursos públicos e privados, ou seja, as universidades públicas deixaram de ser prioridade no acesso ao financiamento público e passaram a receber “investimentos” do capital privado.

Somente após os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) iniciado no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e finalizado após o golpe de Dilma Rousseff (2011 - 2016) é que ocorreu uma expansão no campo da educação superior.

No âmbito do ensino superior, os governos Lula e Dilma estruturaram três programas voltados para ampliação do acesso ao ensino superior, um deles direcionado para as universidades públicas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); e dois focados na ampliação do acesso em instituições privadas, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Na pesquisa e extensão, as instituições de ensino superior, principalmente as universidades públicas, assumiram a função da geração de inovação, incentivadas pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A estruturação dessas políticas ampliou o investimento do governo federal no ensino superior e em pesquisa aplicada (COSTA; SILVA, 2019, p. 9).

Apesar do incentivo à educação superior, todos esses projetos iam de acordo com os ideais de um “novo” modelo neoliberal, que visava, fundamentalmente, tornar a área educacional como um nicho de mercado. Costa e Silva (idem), apontam que essa nova gestão neoliberal se utilizou do fundo público destinado a educação para financiar instituições privadas por meio da

criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

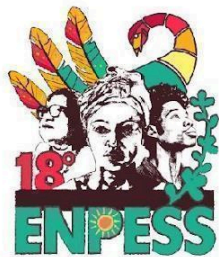
Ao mesmo tempo, ainda que com menor peso, os governos do PT criaram algumas estratégias como uma forma de enfrentar algumas desigualdades históricas, especialmente no que se refere ao aumento do número de vagas no ensino superior público; a criação da Lei de Cotas (lei nº 12.711/2012) e o combate às desigualdades regionais, via interiorização das universidades e institutos federais.

3. Os desafios na formação em Serviço Social: a experiência de uma universidade pública do Rio de Janeiro.

Os elementos sobre os aspectos da educação no Brasil, refletidos brevemente acima, nos fornecem pressupostos fundamentais para entender os desafios postos à formação em Serviço Social na atualidade. Nos deteremos às questões que atravessam a formação numa universidade pública do Rio de Janeiro, ainda que saibamos que a complexidade da formação em Serviço Social seja muito maior, especialmente porque a rede privada (presencial e de educação à distância) é onde se tem a maior oferta de vagas de graduação nesse curso.

Além de ser uma instituição de ensino superior pública, a universidade analisada aqui se caracteriza pela relevância social, reconhecida pelo investimento na produção de conhecimento, com diversidade de cursos de graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (nos três turnos) e com a experiência de implementação de política de ações afirmativas há mais de duas décadas. Apesar dessa relevância, essa mesma universidade vem, ao longo dos anos, sofrendo com a implementação da lógica neoliberal na educação, sejam pela via do desfinanciamento público, precarização dos salários e das carreiras do corpo técnico e docente, terceirização de serviços essenciais (como segurança, limpeza e alimentação); hierarquização entre ensino, pesquisa e extensão, com prioridade na produção científica (ênfase no desenvolvimento tecnológico) e “empreendedorismo” dos pesquisadores na aquisição de recursos para as pesquisas e publicações.

A graduação em Serviço Social nessa universidade apresenta características particulares desde os seus primórdios. Essa faculdade foi fundada sob a influência de valores laicos, democráticos e direcionados às classes populares, características inéditas para a conjuntura brasileira da década de 1940 - momento de profundo acirramento de disputas políticas e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

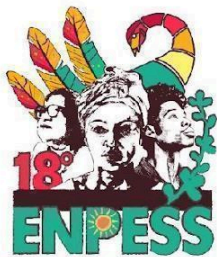
ideológicas no Brasil. Ao longo da sua história tem acompanhado a dinâmica e as necessidades colocadas pela sociedade brasileira. Um marco disso são as mudanças ocorridas em função do processo de redemocratização do país na década de 1980. Dentre as mudanças ocorridas destacamos algumas: a democratização de suas instâncias colegiadas, a realização de concursos públicos para professores e o processo de revisão curricular, iniciado em 1990/1991 que culminou com a aprovação do Currículo de 1993. Vale ressaltar que esse processo de revisão curricular, amplamente debatido pela comunidade acadêmica, levou em consideração desafios como ser um curso noturno para estudantes trabalhadores, em sua maioria mulheres em suas múltiplas jornadas. Além de referência no ensino da graduação, possui um importante programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) tendo como áreas de concentração o trabalho e a política social. Atua também na formação de Especialistas e Residentes.

No início dos anos 2000, em função da necessidade de ajustes e adaptações às novas diretrizes da ABEPSS, se iniciou um processo de revisão curricular (2001 – 2014). A implementação deste novo currículo em 2015/2 é o resultado de um esforço coletivo, com participação de toda a comunidade acadêmica da faculdade e orientada por uma perspectiva crítica e pelas demandas postas pela realidade social brasileira.

Esse breve histórico nos dá um panorama faculdade e nos ajuda a refletir sobre a conjuntura de ensino-aprendizado atual e sobre os desafios postos à formação em Serviço Social. Ao longo da implementação do novo currículo tem sido possível observar obstáculos/dificuldades que atravessam o processo de aprendizagem e permanência de estudantes da graduação em Serviço Social. Dentre algumas dificuldades destacamos: baixa renda da maioria do corpo discente, levando um número significativo de estudantes a ter que conciliar trabalho e estudos; dificuldade na leitura e compreensão dos textos e também na escrita; dificuldade para chegar à universidade no horário das aulas e necessidade de saída antes do término dessas (problemas com a distância entre moradia e universidade e transporte); aumento do sofrimento mental; desmotivação e pouco tempo disponibilizado para os estudos⁴.

Como forma de entender melhor a realidade desses estudantes, no ano de 2023, foi instituído um grupo de trabalho para a realização de um censo estudantil com o objetivo de compreender o perfil dos estudantes da unidade e as condições de ensino-aprendizado. O

⁴ Vale ressaltar que a formação profissional foi ainda duramente impactada pela pandemia do novo Coronavírus em 2020. A necessidade de isolamento social levou a comunidade da FSS a desenvolver suas atividades e aulas remotamente por dois anos seguidos. A conjuntura posta pela pandemia e as características Ensino Remoto Emergencial (ERE) gerou prejuízos enormes a formação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

resultado do censo⁵ confirma muitas das dificuldades observadas acima. A seguir, traremos alguns dados que apareceram no censo e que nos ajudam a refletir sobre os desafios atuais na formação.

O censo demonstra que a maioria do corpo estudantil é composta por mulheres cis (81,8%), pessoas negras (42% pretas e 22% pardas), jovens (47,8% possuem idade até 24 anos e 22,4% de 25 a 30 anos) heterossexuais (61,6%) e de baixa renda (39% possuem renda per capita entre 1 até dois salários-mínimos e 33% possuem renda entre zero e um salário-mínimo). Outro aspecto relevante é a condição de estudantes/trabalhadores: 46% dos que responderam o censo afirma ter que conciliar trabalho e estudo. No que se refere às principais dificuldades que estudantes enfrentam para se manter na graduação⁶, destacam-se: dificuldade em conciliar trabalho e estudos, 34,8%; adoecimento físico e/ou mental, 32,6%; dificuldade acadêmica 30,4% e financeira, 30,4%. Outra realidade que nos chama a atenção é a participação na vida acadêmica fora do espaço de sala de aula. A maioria das estudantes, 61,3%, não participa de nenhuma atividade de pesquisa e extensão. A participação de estudantes para além do ensino é muito reduzida, impactando decisivamente na formação. A pouca inserção nesses espaços pode ser evidenciada nos percentuais a seguir: Projeto de Extensão: 18,8%; Prodocência: 16,3%; Iniciação Científica: 9,7%; Monitoria 0,6%; PET: 2,2% e Estágio Interno: 1,4%.

Esses dados, ainda que expressos aqui de forma muito reduzida⁷, nos fornecem alguns elementos para pensarmos os desafios enfrentados por estudantes e professores para garantir uma formação de qualidade no ensino superior.

Essa realidade irá se expressar no formato de muitos conflitos, dentro e fora de sala de aula. Podemos afirmar que a combinação de muitas dessas questões tem impactado no aprendizado e rendimento desses estudantes, sendo observado de forma explícita no momento de elaboração dos trabalhos de conclusão de cursos (TCCs). A retenção de estudantes em TCC I e II tem sido muito alta nos últimos anos.

⁵ Responderam ao questionário do censo 63,5% de 577 estudantes com matrículas ativas no primeiro semestre de 2023.

⁶ Era possível marcar mais de uma opção.

⁷ O questionário utilizado continha 131 perguntas fechadas e abertas, foi elaborado por discentes e docentes. As 133 perguntas foram agrupadas nos seguintes módulos temáticos: 1) Características gerais; 2) Configuração familiar; 3) Território / habitação; 4) Trabalho; 5) Agressões e violências; 6) Acesso a renda e serviços; 7) Meios de transporte; 8) Inserção acadêmica; 9) Estágio; 10) Participação política; 11) Acesso a cultura, informações e tecnologias. Utilizamos a ferramenta Formulários do Google que permitiu tanto a coleta quanto a sistematização dos dados.

Outro conflito que tem aparecido é o aumento significativo de problemas relacionados à saúde mental de estudantes, causando dificuldades no aprendizado, reprovação e, em alguns casos, sendo motivo para o trancamento de matrícula ou abandono do curso.

Diante das dificuldades para a dedicação aos estudos, acirram-se os conflitos em torno das exigências mínimas para uma formação de qualidade: de um lado se coloca-se a necessidade de cumprimento de CH das aulas, leituras, estudo, participação em pesquisa e extensão e, de outro, temos estudantes desestimuladas/os/es, adoecidas/os/es, cansadas/os/es e sem muita perspectiva de sucesso profissional, especialmente porque o mercado de trabalho tem sido reduzido, mesmo para aqueles com formação de nível superior.

As condições de trabalho de docentes também colaboram, e muito, para um desempenho pouco satisfatório em sala de aula. A extensiva carga horária de trabalho, a imposição de um produtivismo acadêmico, a baixa valorização salarial tem levado muitos docentes a um ensino pouco criativo, crítico e animador.

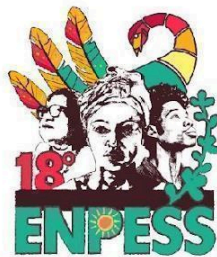
Esses aspectos da realidade são apenas alguns dos desafios identificados nos nossos estudos. No próximo item, destacaremos outros elementos que se apresentam no “ensino da ética” na formação em Serviço Social.

4. O “ensino da ética” na formação em Serviço Social

As formações de nível superior, mais especificamente aquelas que se constituem como profissões liberais, têm, em seus currículos, disciplinas que trabalham conteúdos sobre ética, moral e ética profissional.

Nessa direção, entendemos que dentre as muitas disciplinas e conteúdos que estruturam os currículos dos cursos universitários, o ensino da ética pode ser um local privilegiado para refletir e questionar as formas alienadas e alienantes das relações construídas a partir do modo de produção capitalista. A reflexão ética, portanto, que pode colaborar para tal questionamento não é a que se ampara nos princípios de uma “ética burguesa”, mas aquela pautada numa perspectiva ontológica crítica, onde o ser social se constitui a partir do trabalho e a partir desse constrói as condições para o desenvolvimento da humanidade e para o agir ético.

Sabemos que, embora insuficiente na construção de uma consciência crítica, o debate ético pode provocar entre estudantes problematizações sobre as funções sociais das profissões, preconceitos, desigualdades e desumanizações provocadas pela dinâmica da sociedade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O debate sobre os fundamentos ontológicos da ética, se presente de forma transversal na formação acadêmica, pode colaborar no desvelamento dos valores que dão sustentação à sociabilidade burguesa, questionando assim as relações cotidianas de trabalho com usuários e demais profissionais no interior das instituições.

No caso da formação em Serviço Social, o debate sobre a ética profissional é resultado de um longo processo de renovação crítica da profissão, iniciado nos anos de 1960 e consolidado na década de 1990.

Essa proposta de formação profissional estabeleceu como objetivo a formação de um tipo específico de profissional: crítico, criativo, propositivo, investigativo e comprometido com os valores defendidos pelo Código de Ética de 1993 (ABEPSS, 1996). O Currículo aprovado em 1996 apresenta uma nova concepção de ensino, devendo o debate ético perpassar todo o currículo.

A reflexão ética é tratada na lógica curricular como princípio transversal, ainda que se guarde a especificidade da disciplina de ética profissional, onde deve-se abordar as várias dimensões da ética: filosófica, política, moral prática e normativa (BARROCO; BRITES, 2022).

Essa transversalidade, portanto, deve vincular os componentes curriculares às competências e habilidades do perfil profissional que se quer formar (SOUZA; SANTOS e CARDOSO, 2013, p. 48).

A formação, portanto, pode contribuir decisivamente na análise crítica da realidade, no processo de desalienação e desconstrução de valores conservadores na sociedade atual, combatendo práticas que reproduzem as mais variadas formas de violência e opressões.

No entanto, é importante sinalizar que isso se apresenta como possibilidade e não como garantia. A perspectiva teórica que nos orienta, a ontologia marxiana, coloca justamente a necessidade de entendermos a dinâmica das contradições postas entre as determinações sociais e as possibilidades de escolhas dos sujeitos. Nesse sentido é que o “ensino da ética” é fundamental, mas não suficiente para uma formação crítica e ações que primem pela garantia dos princípios éticos profissionais.

Considerando esses elementos, fomos motivadas a pesquisar sobre os desafios do “ensino da ética” na formação e como tem sido garantido o princípio da transversalidade nesse processo. A seguir, traremos reflexões de parte do resultado da pesquisa⁸ que fizemos com

⁸ A pesquisa em questão foi submetida ao Comitê de ética em pesquisa da universidade e aprovada para execução. As entrevistas foram realizadas pelos estudantes bolsistas, levando em consideração todos os aspectos técnicos e éticos na condução da investigação.

estudantes da faculdade de Serviço Social de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro.

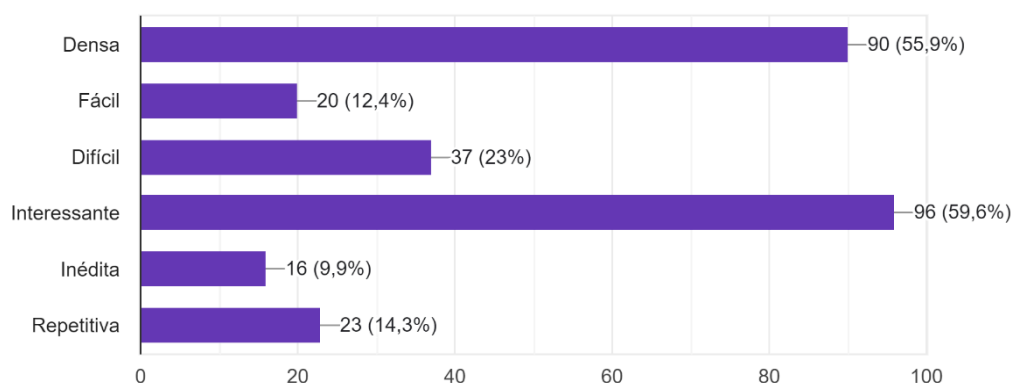
O processo de investigação utilizou como fontes: pesquisa bibliográfica, análise documental do currículo da faculdade em questão e a realização de entrevistas⁹ com estudantes da graduação.

A pesquisa tinha este seus objetivos: - entender em que medida o debate ético é percebido pelos alunos para além da disciplina de Ética; - identificar se a formação contribui para a compreensão crítica dos valores; - investigar se a compreensão do debate ético dos estudantes está pautada numa concepção ontológica do ser social; - investigar se a dimensão ética se expressa nas discussões acerca dos espaços sócio-ocupacionais de trabalho das/os assistentes sociais; e - identificar os principais empecilhos para implementação da transversalidade da ética na formação.

Ao analisarmos os dados das entrevistas observamos como o conteúdo sobre os fundamentos da ética possui complexidade e densidade para o grupo de estudantes entrevistados. Ao serem perguntadas sobre as temáticas da disciplina de ética, é expressivo (55,9%) o quantitativo de estudantes que avalia ser esse tema denso em seu conteúdo, ainda que o considerem interessante (59,6%). 23% das entrevistadas avaliam a disciplina como difícil e 12,4% fácil.

19. Com relação ao conteúdo da disciplina de ética, você considera a bibliografia:

161 respostas



Fonte: elaborado pelas autoras, 2024.

⁹ As entrevistas foram feitas com estudantes a partir do quinto período que já tinham cursado (com aprovação) a disciplina Ética e Serviço Social. Obtivemos 161 respostas, totalizando 50,8% de estudantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essas avaliações sobre a disciplina de ética talvez apontem para o fato dela possuir um conteúdo que dialoga com a dinâmica da vida em sociedade, com ações do cotidiano pessoal e profissional que exigem um posicionamento diante dos conflitos éticos e da cultura dominantes, ainda que a disciplina possua um conteúdo filosófico expressivo. Quando questionadas sobre qual o conteúdo poderia ser mais aprofundado, observamos que o debate sobre o Código de ética de 1993 e a “prática profissional” aparecem com muita frequência. Abaixo seguem algumas das respostas:

“Aplicação prática” (Entrevista 53)

“Trazer mais exemplos para resolver ou perceber melhor a ética no dia a dia” (Entrevista 93)

“Aplicação do Código de Ética para proteção profissional. Exemplos de como aplicar conforme o campo de trabalho e a demanda do usuário” (Entrevista 90)

“Poderia falar mas sobre o sigilo..” (Entrevista 31)

“As divergências da Ética dentro do Serviço Social” (Entrevista 102)

“Reflexão sobre as possibilidades de intervenção frente aos limites institucionais” (Entrevista 114)

Das estudantes aprovadas na disciplina de ética até 2023, observamos um percentual de 9,9% que fizeram a disciplina duas ou mais vezes.

Ao longo da implementação do novo currículo (2015/2) é possível observar um número crescente na retenção de estudantes em Ética e Serviço Social. No período de 2024.2 identificou-se 73 estudantes retidos nessa disciplina¹⁰. Como ela é pré-requisito para a inserção em campo de estágio, tem sido necessário, em alguns semestres, ofertá-la em duas turmas concomitantes.

Quando perguntadas sobre a compreensão do código de ética, 57,1% informam que tiveram uma boa compreensão e 30,4% indicam que o conteúdo foi pouco aprofundado.

¹⁰ Informações fornecidas pela graduação da FSS.



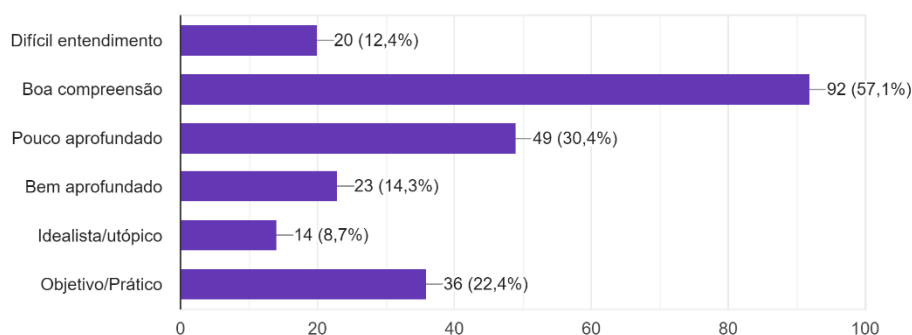
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

20. Compreensão do Código de Ética de 1993

161 respostas



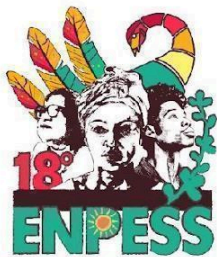
Fonte: elaborado pelas autoras, 2024.

No que se refere ao princípio da transversalidade da ética na formação, a pesquisa aponta para algumas incongruências. 67,1% das entrevistadas afirmam identificar a transversalidade da ética na formação. Enquanto 9,3% afirmam que não; e 23% apontam que só parcialmente.

No entanto, quando pedimos para que indiquem as disciplinas onde esse debate se apresenta, o que predomina são aquelas disciplinas vinculadas ao Núcleo – Trabalho e Serviço Social, a exemplo das disciplinas de Ética e Serviço Social (95%), Estágio Supervisionado I (62%), Serviço Social e Trabalho Profissional I (53,4%). No Núcleo – Questão sociais e Política Social no Brasil se destacam as disciplinas, Família e Sociedade (72%) e no Núcleo de Fundamentos da Vida Social as disciplinas mais vinculadas ao debate da ética foram, Classe gênero e etnia (73,9%) e Direitos Sociais e Serviço Social (70,8%). Nos chama a atenção o baixo percentual de identificação das disciplinas Introdução à filosofia (19,3%); Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade (39,8%) e Pensamento social brasileiro (38,5%).

Quando questionadas sobre o que dificultaria essa transversalidade os motivos em destaque são: didática (52,2%), Densidade do conteúdo (52,2%) e Carga horária da disciplina (36,6%).

Esses dados comprovam algumas das hipóteses que tínhamos no início da pesquisa: imaginávamos que uma das dificuldades apresentadas por estudantes seria a apropriação do debate filosófico na articulação com a materialidade da vida em sociedade. Não por acaso, disciplinas como Introdução à filosofia, Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade e Pensamento Social Brasileiro aparecem pouco associadas ao debate ético. Nesse sentido, o significado da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ética aparece apartado de seus fundamentos materiais de produção/reprodução de valores e condições objetivas para a construção de alternativas éticas.

Embora a última revisão curricular da faculdade tenha tipo a preocupação de pensar o debate ético em sua transversalidade, estando presente em várias disciplinas – dos períodos iniciais aos últimos semestres – é possível apontar que ainda encontramos desafios em fazer com que as reflexões sobre ética não se restrinjam à disciplina de ética ou à disciplinas associada ao exercício profissional.

5. Considerações finais

Nesse artigo apresentamos aspectos fundantes do ensino superior brasileiro, assim como seus elementos conjunturais atuais. Entendemos ser o espaço universitário local permeado de contradições e disputa de concepções de teóricas e políticas.

Além dos aspectos que se referem à realidade estudantil – baixa renda, conciliação de trabalho e estudo, adoecimento mental e falta de perspectiva de sucesso profissional em muitas carreiras – é fundamental considerarmos as condições de trabalho e ensino dos/as trabalhadores/as da educação.

As universidades vêm sofrendo desmonte progressivo ao longo dos anos, resultado da lógica neoliberal que atravessa o ensino superior. Entre os principais problemas gerados por essa lógica estão: perda salarial de docentes de técnicos ao longo das últimas década e ausência de aumento ou mesmo recomposição salarial; diminuição dos recursos orçamentários para o atendimento das necessidades básicas referente ao ensino, pesquisa e extensão e à política de assistência estudantil. Uma das consequências dessa lógica, é a implementação de um “empreendedorismo” docente para a captação de recursos financeiros para realização de pesquisas, publicações ou mesmo aquisição de material básico para realização de trabalho docente, a exemplo de computadores, mobiliário, material para pesquisa, etc.

Construir conhecimento crítico que faça frente à essa realidade não tem sido uma tarefa fácil. No entanto, compreendemos que o debate sobre a ética e seus fundamentos podem contribuir centralmente para esse processo, na medida em que desvela e questiona as estruturas da sociabilidade burguesa e o caldo cultural e valorativo gerado nesse processo.

A pesquisa que realizamos sobre o “ensino da ética” na formação em Serviço Social nos ajudou a compreender que ainda que fundamental, o debate ético precisa estar articulado às



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

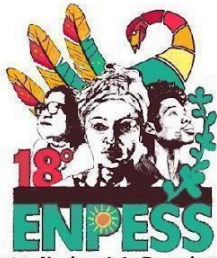
demais disciplinas e pensada em todas as suas dimensões. As escolhas éticas contêm em si dimensões filosóficas e direcionamentos políticos. Por isso, concordamos com Souza; Santos e Cardoso, (2013) quando afirmam que

[...] ainda que a transversalidade tenha sido consensualmente afirmada, as dificuldades destacam a sua persistência focada muitas vezes numa disciplina específica e que acaba, também, por restringir-se aos/as docentes que ministram essa disciplina [...] (p. 42 e 43).

Nesse sentido é que as autoras (Idem) chamam a atenção para a necessidade de a dimensão ética ser tratada não apenas como uma disciplina, mas como parte do universo categorial pensado e perpassado na formação para a análise e intervenção profissional.

6. Referências bibliográficas

- ABEPSS. Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva; BRRITES, M. C.; Serviço Social e Ética Profissional: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo Cortez, 2022, (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.9).
- COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Maria Goulart. Novo neoliberalismo acadêmico no Ensino superior. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019.
- DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 24, p. 573-593, 2019.
- HERNANDEZ, M. G. ; KRAJEVSKI, L. C. ; STOFFEL, J. . A crise da universidade pública brasileira. In: Adriana Salete Loss; Claudia Gallert; Eliane P. de Góes. (Org.). Conscientizar, incluir e humanizar no ensino superior: comemoração ao centenário de Paulo Freire. 1ed.Campo Mourão: Fecilcam, 2023, v. 1, p. 113-133.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. Revista Katálysis, v. 22, p. 525-535, 2019.
- LUSA, Mailiz Garibotti et al. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. Revista katálysis, v. 22, n. 03, p. 536-547, 2019.
- PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 14, p. 71-84, 2009.
- PIRES, Valdemir. Ensino superior e neoliberalismo no Brasil: um difícil combate. Educação & Sociedade, v. 25, p. 263-268, 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Simone; LEHER, Roberto. A austeridade comprometendo o futuro da universidade pública e sua função social. Revista Temporalis, v. 24 n. 47 (2024)

SOUZA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Silvana Mara Moraes de; CARDOSO, Priscila. Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar. In: Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 13, n.25, p.33-61, Jan./Jun.2013.